

# As novas hipóteses de exclusão da ilicitude do crime de aborto de acordo com o Projeto de Novo Código Penal: um estudo comparativo com a legislação atual.

Acadêmica: Ceres de Oliveira Danckwardt  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Vanessa Chiari Gonçalves  
XXVII Salão de Iniciação Científica da UFRGS

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa a analisar quais seriam as modificações decorrentes das novas hipóteses de ausência de ilicitude do crime de aborto, trazidas pelo Projeto de Novo Código Penal. Busca-se verificar a amplitude de cada inciso do art. 128 do Projeto de Lei, estudando sua abrangência jurídica.

## OBJETIVOS E METODOLOGIA

Este estudo pretende verificar o quão expansivas são as hipóteses de exclusão de ilicitude abarcadas pelo art. 128 do Projeto de Lei. Objetiva-se analisar com maior rigor o inciso IV do referido dispositivo, este que constitui cláusula aberta, passível de inúmeras interpretações.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e o estudo de julgado emblemático do Supremo Tribunal Federal - ADPF 54 -, que decidiu permitir a interrupção da gravidez de feto anencéfalo.

## RESULTADOS PARCIAIS

Os resultados parciais indicam que o Projeto de Novo Código Penal, se aprovado, tende a expandir consideravelmente o número de casos compreendidos pelas excludentes de ilicitude, tendo tal reforma já começado a surtir efeitos a partir da publicação do acórdão da ADPF 54. Se o Projeto entrar em vigor, o dispositivo caracterizar-se-á como norma mais favorável ao réu do que o Código Penal vigente. Foi possível observar, ainda, que do inciso IV do art. 128 podem advir interpretações diversas daquilo que fora intencionado pelo legislador.

## REFERENCIAL TEÓRICO

BRUSCHI SILVA, Carolina; DINIZ, Nilza Maria; LOVATO NETO, Renato. O aborto no anteprojeto do novo código penal brasileiro: reflexões jurídicas e bioéticas. Rev. Bioética y Derecho, Barcelona, n. 29, set. 2013.

MENDES, S. R. Os direitos fundamentais das mulheres à autodeterminação e à proteção como limites ao poder punitivo: reflexões sobre a criminalização do aborto no projeto de novo código penal e sobre a proibição de proteção deficiente no supremo tribunal federal. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, v. 25, p. 211-236, 2013.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal. Parte especial, "Dos crimes contra a pessoa" [arts. 121 a 154-B]. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

